

ACTA Nº 4 – Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre realizada no dia 27 de Setembro de 2008

No dia vinte e sete do mês de Setembro do ano de dois mil e oito, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a quarta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Discussão e votação da acta da 3ª sessão ordinária realizada no passado dia 27 de Junho de 2008.

2 – Expediente para conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia

4 – Período da Ordem do Dia

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

4.2. Revisão aos Documentos Previsionais aprovados para o ano económico de 2008 (2ª revisão ao Orçamento da Despesa e Receita e 2ª revisão ao Plano Plurianual de Investimento).

4.3 – Prestação de Contas e Relatório de Gestão, relativos ao 1º Semestre do ano financeiro de 2008.

4.4 – Proposta de lançamento da derrama e da definição da respectiva taxa, a incidir sobre o exercício de 2008, para cobrança por parte dos serviços do Estado em 2009.

4.5 – Proposta de definição de Imposto Municipal de Imóveis, IMI, aplicável aos prédios urbanos sitos no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2009.

4.6 – Proposta de fixação, para o ano de 2009, da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), conforme disposto na alínea b) do nº 2 do artigo 106º, da Lei nº 5/2004 de 10 de Fevereiro.

4.7 – Criação de uma “Associação de Municípios de Fins Múltiplos – Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes” – Intenção de Adesão.

4.8 – Adere / Peneda Gerês / Relatório e Contas do Exercício de 2007.

4.9 - Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro / Relatório de Actividades e Contas relativo ao ano financeiro de 2007.

4.10 – EHATB / Relatório de Actividades e Contas de 2007

5 – Período Após a Ordem do Dia

Efectuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes 54 membros. Não compareceram à chamada os deputados Guilhermina Costa, Domingos Vasconcelos, Carla Rodrigues, Teixeira Gomes, Nuno Justo, Francisco Surreira, Sandra Carvalho, Maria Sousa, Alexandra Antunes, João Surreira, Luís Carril, Pedro Giesteira, José Acácio Moura, José Alves, João Rua, António Dias e Luís Pereira.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Fernando Calvão, Guilhermina Costa, António Santos, Deolinda Silva, Pedro Giesteira, Jorge Fernandes, Armando Duarte, António Dias, Luís Pereira e João Fecheira.

Não justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Nuno Pereira, Alexandra Antunes, Duarte Calhella e José Fernando Moura.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Discussão e votação da acta da 3ª sessão ordinária realizada no passado dia 27 de Junho de 2008.

A acta da sessão ordinária do dia vinte e sete de Junho de 2008 foi posta à consideração.

Não houve intervenções.

Posta a votação, a acta foi aprovada por maioria com duas abstenções.

2 - Expediente para conhecimento

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

3 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir os deputados Fernando Calvão, Alberto Fernandes, António Ferreira, José Moura, Amadeu Fortunas, Fátima Crespo, Ricardo Moura e Joaquim Pires.

O deputado Fernando Calvão falou da morte do Dr. Rogério Borralheiro elogiando o homem, o académico, o político, o investigador e o amigo, propondo um voto de pesar.

O deputado Alberto Fernandes disse que a sua intervenção ia no sentido de apresentar também um voto de pesar em memória do Dr. Rogério Borralheiro e propôs que as bancadas do PS e do PSD se unissem na apresentação deste voto.

O deputado António Ferreira falou, face a uma onda de boatos que paira na vila de Montalegre, sobre o facto de dizerem que os professores de Educação Física ganham acima do previsto na lei. Disse que esse boato não quer atingir os professores, mas sim o Presidente da Câmara porque levantam suspeitas de favorecimento, o que é injusto e falso porque todos os documentos do concurso estão disponíveis para consulta.

Disse que quando ouve falar do PNPG e de apoios pedidos, só ouve falar dos concelhos vizinhos com área pertencente ao parque, mas Montalegre deveria exigir também pois é o concelho com maior área de área protegida.

Pediu que a brigada de limpeza tivesse uma intervenção mais eficaz e mais profunda pois há uns cantos na vila que estão menos limpos.

O deputado José Moura elogiou os órgãos de comunicação social e a Câmara Municipal de Montalegre pela organização das Jornadas Culturais de Barroso e salientou que todos deviam fomentar este tipo de iniciativas.

O deputado Amadeu Fortunas falou do trânsito e disse que no Cambedo há uma placa a indicar a aldeia de Paradela, mas mais à frente não há mais placas e as pessoas confundem-se.

Disse ainda que no cruzamento de Contim deveria estar um sinal de STOP pois torna-se um local perigoso.

A deputada Fátima Crespo entregou o seguinte documento à Mesa: “Bom dia a todos. Em nome da Associação de Defesa do Património de Vilar de Perdizes e em meu nome pessoal venho salientar o seguinte: o XXII Congresso de Medicina Popular de Vilar de Perdizes, teve, este ano, um brilho especial.

Foi manifestamente visível a colaboração empenhada da Câmara Municipal com a Junta de Freguesia: na limpeza da aldeia; na construção de um palco; na orientação do trânsito e em toda a logística inerente à realização do evento.

A animação foi variada: os passeios turísticos de autocarro e a rota do contrabando de Vilar de Perdizes preencheram com muito sucesso as manhãs.

A noite de sábado, para além da mega- queimada, esconjurada pelo Padre Fontes no seu melhor, a que já estamos habituados, foi preenchida por um extraordinário espectáculo de “danças com fogo” que deixou os congressistas absolutamente maravilhados.

Por tudo isto queríamos agradecer ao Sr. Presidente da Câmara e seus colaboradores, dar os parabéns pelo bom gosto demonstrado na escolha dos

espectáculos e dizer-lhe que valeu a pena o esforço dispendido. Muito obrigado. Assinado, Fátima Crespo.”

O deputado Ricardo Moura lembrou a possibilidade da organização de uma feira de produtos agrícolas pois há muitos produtos que vão apodrecer nos campos. Disse que é tempo de fazer essa promoção e fazer essa feira aos sábados à tarde pois muita gente quer comprar produtos de qualidade, as pessoas vão bem servidas e algum produto é escoado.

O deputado Joaquim Pires disse que em Portugal não há bom senso para nada. Disse que em certos locais há excesso de zelo pois em zonas com pouca população as placas deveriam ser de 70 km/hora e não de 50, pois a brigada anda à caça à multa.

Pediu que a Câmara colocasse sinalização das urgências no novo local, enquanto o Centro de Saúde está em obras.

O Senhor Presidente da Câmara associou-se ao voto de pesar pela morte precipitada do Dr. Rogério Borrallheiro, uma pessoa empenhada, prestável e colaborante. Disse que, quando estavam a preparar os trabalhos para a casa do capitão, graças a ele resolveram-se grandes conflitos.

Sobre as Jornadas Culturais disse que houve a necessidade de se alterar a data e pediu a colaboração de todos. Convidou todos os presentes para a inauguração do novo quartel dos Bombeiros Voluntários de Salto.

Sobre a contestação do PNPG disse que fica mal deitar sempre a culpa aos outros. Deve-se defender o PNPG pois é um emblema de desenvolvimento, que tem regras e é classificado para o bem das populações. Não é justo fazer demagogia sobre este assunto e deve haver bom senso pois as regras têm que ser cumpridas. Não alinha no role de críticas ao PNPG e diz que se trata de um território de excelência que todos deveríamos defender. O parque tem como objectivo principal defender o ambiente, a natureza e a biodiversidade. E se o defendermos temos cada vez mais gente a visitá-lo e isto é economia e emprego. E referiu ainda que muito do investimento (saneamentos, ruas, parques, etc) levado a cabo nas aldeias do PNPG, tiveram lugar porque houve fundos próprios para essas áreas protegidas.

Sobre o protocolo no âmbito da educação, disse que quem defende a regionalização tem que aceitar mais responsabilidades e mais trabalho em prol da melhoria da escola pública. Só vai acontecer a partir de Janeiro e dentro de um espírito tranquilo de forma a que se gira melhor a educação do concelho.

A Câmara gere melhor que o Estado. E vamos fazer mais com menos dinheiro. É essa a moosa obrigação porque o Governo não tem mais recurso. E com isso ganha a educação, ganham os portugueses. Mas também aceitamos este protocolo porque o esforço que este Governo tem feito na área da educação deve dizer respeito a todos, principalmente às autarquias que devem investir mais nesta área porque a educação é vital para o futuro.

Sobre a limpeza das ruas, disse que vai fazer pressão sobre os funcionários, mas também sobre a fiscalização das ruas. Os fiscais vão ter uma formação específica para desempenhar melhor esta função e de forma a serem mais incisivos no controle da limpeza. E passar a meter quem não cumpre.

Sobre os professores de Educação Física disse que há sempre questões de inveja e críticas sabujas. Ganham por dez horas de serviço semanal. Há quatro professores e dois deles têm contrato de meia avença para o ginásio e para a piscina pois é exigido por lei um técnico responsável nestes espaços.

Sobre o congresso de Vilar de Perdizes, disse que a Câmara sempre deu apoio. Toda a animação e promoção é suportada completamente pela Câmara.

Sobre a feira da batata, disse que o deputado Ricardo Moura ficou de apresentar soluções e equipa para se avançar com o evento, mas alertou que não é fácil trazer pessoas permanentemente a Montalegre. O mercado está muito longe. A Câmara está receptiva, as instalações estão disponíveis e prestaremos todo o apoio.

Sobre os sinais de trânsito, disse que é difícil de gerir pois quem pede lombas e sinais são as populações. A segurança é uma preocupação e as normas vêm nesse sentido.

Disse ainda que as placas vão ser colocadas no Centro de Saúde bem como a sua iluminação.

Foi apresentada a seguinte proposta de voto de pesar conjunto, apresentado pela bancada do PSD e do PS.

“Voto de pesar: no passado dia 27 de Julho faleceu, de forma inesperada, o Dr. Rogério Borrallheiro. A notícia a todos surpreendeu e consternou. O Dr. Rogério Borrallheiro era uma figura importante da nossa terra, sobretudo pelo trabalho académico que vinha desenvolvendo. Foi autarca nos órgãos do concelho e na sua freguesia, Salto, onde também deu muito trabalho como Presidente dos Bombeiros e fundador do Grupo Desportivo.

Era um homem correcto, mesmo nas suas intervenções políticas e partidárias, e sempre respeitador e respeitado. Estava sempre disponível para colaborar em iniciativas locais com o único objectivo de servir a terra e a gente e de valorizar a nossa história e a nossa cultura.

Partiu tão cedo que deixou muito trabalho que nos poderia ter legado ainda. Era um homem bom e em todo o lado defendia e prestigiava Barroso.

Pela sua dimensão humana, como homem de cultura, pela sua participação política e cívica em prol da nossa terra, o Dr. Rogério Borrallheiro merece que nos curvemos perante a sua memória. Montalegre, 27 de Setembro de 2008. Assinado, Dr. Fernando Calvão e Alberto Martins.”

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados António Ferreira e João Soares.

O deputado António Ferreira disse que tem vergonha do sítio de onde parte o boato da história dos vencimentos dos professores de Educação Física.

O deputado João Soares congratulou as duas bancadas pela iniciativa de apresentarem um voto de pesar conjunto. Disse que se orgulha pelo facto do Dr. Rogério Borrallheiro ter sido seu aluno. Um aluno que acabou por ser seu mestre, pois deixou obra cultural a este concelho.

Posto a votação, o “voto de pesar”, proposto pelas duas bancadas, foi aprovado por unanimidade.

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Nuno Pereira, João Soares e António Ferreira.

O deputado Nuno Pereira disse que se tiver em conta o tipo de exigências feitas à Câmara há meia dúzia de anos atrás, e fazendo uma justa avaliação até ao momento, verifica-se que as prioridades da Câmara estão quase completamente invertidas. Isto é, as queixas de falta de água, a falta de caminhos, de estradas e coisas básicas estão completamente afastadas dos objectivos actuais da Câmara porque já estão resolvidos. A Câmara Municipal, neste momento, orienta a sua acção para a educação, para a cultura, para a satisfação de serviços de saúde. Esta acção não é uma estratégia de última hora, mas sim o resultado de um trabalho consistente, coerente, que dá frutos, libertando energias e dinheiros para intervir nesta fase.

Disse que a Câmara Municipal não deve ter medo de aplicar multas pois deve haver uma noção pedagógica acompanhada de uma componente operativa. Se os alunos saem da escola e sujam as ruas, não deve ser permitida a sua saída, pois em poucas escolas isso acontece.

Disse que a política do PNPG é uma filosofia de desenvolvimento, mas esta pode não agradar a toda a gente. Se há uma riqueza no parque, se há paisagem, património cultural, há uma linha de desenvolvimento.

O deputado João Soares disse que o Presidente da Câmara habituou toda a gente a fazer obras, por ser determinado e ser realizador, com ou sem dinheiro. Tem sido injustamente tratado pois a obra mostra-se mas há sempre algum azedume na obra realizada.

Disse que há anos atrás foram reclamadas muitas obras que já estão feitas e o Presidente foi injustamente acusado de revolucionar a imagem da Vila de Montalegre, de ser megalómano, de esbanjar dinheiro. Agora, vários órgãos de comunicação social, como o Notícias de Barroso e num artigo de Barroso da Fonte, datado de 15.8.2008, divulgaram o reconhecimento justo ao presidente da Câmara e a notícia é intitulada “Montalegre, uma vila modelo que vale mais do que uma fraca cidade”. Este artigo diz que é um privilégio nascer, crescer e voltar mesmo na 3ª idade, depois de muitas voltas ao mundo, às terras de Barroso.

O articulista diz ainda que, depois de passar umas férias em Barroso, pode verificar o progresso e a modernização disciplinada que é patente no concelho de Montalegre. Montalegre deu saltos qualitativos muito fortes e é hoje modelo em várias frentes até para fazer inveja a muitas cidades. Disse ainda que não há aldeia nem lugar que não tenha estrada alcatroada, luz electricada e rede pública de água. Fala do multiusos, que ficou na memória das pessoas pela crítica, e que tem uma área funcional com tudo aquilo que faltava e é hoje uma estrutura que faz inveja a muitas cidades de gabarito. Diz ainda que o Parque do Cavado e a circular envolvente conferem à Vila uma grandeza inquestionável. Sobre a sala de visitas, a praça do Município, diz que foi cativamente acabada de ser enriquecida com duas colunas de granito registando ditos de Miguel Torga.

Falou dos eventos culturais desportivos, gastronómicos, das placas toponímicas colocadas em todo o concelho, dando equilíbrio urbanístico.

No final do artigo, diz que é de louvar o esforço da Câmara Municipal, presidida pelo Fernando Rodrigues, e que todos os seus leitores sabem que não vota em Montalegre, nem no seu partido mas manda a sua gratidão e a sua coerência que lhe renda esta homenagem. Assinado por Barroso da Fonte.

Homem conhecido, coerente e frontal, que já escreveu muitas coisas polémicas mas reconhecedor daquilo que está a ser feito em todo o concelho. Disse que o autor deste artigo, quando souber das novas obras, vai lançar outro elogio ao Município.

Disse ainda que o Presidente da Câmara tem todo o direito de convidar as pessoas para a inauguração do quartel dos Bombeiros Voluntários de Salto porque foi o responsável pela conclusão determinada dessa obra de referência que está ao serviço de todos.

O deputado António Ferreira, sobre a saída dos alunos, disse que os alunos são autorizados pelos pais. 90% dos alunos são subsidiados, mas enganam os pais pedindo-lhes dinheiro e vão para o Minipreço comer porcarias. A escola não dorme pois, quando são detectados casos desses, os pais são informados de imediato.

Inscreeveu-se para segunda intervenção o deputado Nuno Pereira.

O deputado Nuno Pereira disse que a escola não pode aceitar que um aluno saia da escola pois não sabe para onde vai. Disse que a escola deve ser criteriosa quando estabelece essas circunstâncias e regras. A escola deve ter autonomia de implementar regras e sensibilizar os pais.

O Presidente da Câmara respondeu e sobre a educação disse que a Câmara Municipal aceitou as novas competências porque quer acompanhar as medidas do Governo, dar maior abertura da escola à comunidade e nesse sentido, o Presidente da Câmara vai estar presente no Conselho Geral de Escola.

Disse que o documento em análise mostra duas fases de actuação do executivo. A primeira fase, a incidir nas infra-estruturas, que está ganha, e a segunda fase, de desenvolvimento, que está bem patente na estratégia da Câmara Municipal.

A estratégia de desenvolvimento do concelho baseia-se na educação, criação de emprego e promoção, em acções. O empenho é reconhecido.

Disse que vai ser criada a entidade formal do Ecomuseu de Barroso com a Câmara Municipal de Montalegre e a Câmara Municipal de Boticas. A Câmara Municipal de Montalegre puxou por este projecto, pô-lo no terreno e com todo o mérito. Pediu a toda a gente que se empenhe neste projecto.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.2. Revisão aos Documentos Previsionais aprovados para o ano económico de 2008 (2ª revisão ao Orçamento da Despesa e Receita e 2ª revisão ao Plano Plurianual de Investimento).

Não houve intervenções.

Deliberação: a revisão foi aprovada por unanimidade.

4.3 – Prestação de Contas e Relatório de Gestão, relativos ao 1º Semestre do ano financeiro de 2008.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves disse que ficou admirado com a aprovação semestral de contas pois contraria o princípio anual do POCAL. As contas são aprovadas anualmente e não semestralmente. Perante a sua ignorância, julga que os princípios do POCAL devem ser cumpridos.

O Senhor Presidente da Câmara disse que as contas são apresentadas por imposição legal e são para acompanhar a execução orçamental. Disse que a conta de gerência é feita permanentemente e a aprovação é anual. Falou do técnico avançado e disse que é bom que venha alguém de fora para dar parecer técnico.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.4 – Proposta de lançamento da derrama e da definição da respectiva taxa, a incidir sobre o exercício de 2008, para cobrança por parte dos serviços do Estado em 2009.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveram-se para intervir os deputados Fernando Calvão e Nuno Pereira.

O deputado Fernando Calvão disse que o PSD não tem votado favoravelmente a derrama pois é impossível quantificar o efeito positivo e negativo da existência desta taxa.

O deputado Nuno Pereira disse que a crise vivida pelo país pode ter efeitos de derrama os quais devem merecer cautela.

O Senhor Presidente disse que os municípios mais desenvolvidos e mais industrializados têm todos derrama e ninguém sai de lá por causa dessa taxa. Disse ainda que não há município nenhum do interior que nos ensine e que tenha tido investimentos por não ter derrama. Não ter derrama é meter dinheiro ao bolso da EDP. Mas para nada porque as autarquias podem criar outros atractivos específicos para investimentos no concelho, e nós estamos receptivos a isso que é mais importante que a derrama.

Deliberação: a proposta foi aprovada por maioria, com um voto contra e cinco abstenções.

4.5 – Proposta de definição de Imposto Municipal de Imóveis, IMI, aplicável aos prédios urbanos sitos no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2009.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Fernando Calvão e Nuno Pereira.

O deputado Fernando Calvão disse que dá crédito a quem gere, no entanto tem que se ter em conta a desertificação e era bom que não se penalizasse quem cá vive e quem quer construir.

O deputado Nuno Pereira disse que é fundamental que a redução aconteça.

Deliberação: a proposta foi aprovada por unanimidade.

4.6 – Proposta de fixação, para o ano de 2009, da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), conforme disposto na alínea b) do nº 2 do artigo 106º, da Lei nº 5/2004 de 10 de Fevereiro.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: a proposta foi aprovada por unanimidade.

4.7 – Criação de uma “Associação de Municípios de Fins Múltiplos – Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes” – Intenção de Adesão.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.8 – Adere / Peneda Gerês / Relatório e Contas do Exercício de 2007.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.9 - Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro / Relatório de Actividades e Contas relativo ao ano financeiro de 2007.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.10 – EHATB / Relatório de Actividades e Contas de 2007

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

5 – PERÍODO DEPOIS DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Foi lida, em voz alta, a minuta desta acta que, posta à consideração, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2º Secretário
